Veículo: *O Estado de S.Paulo* – coluna Espaço Aberto
Data: Maio/2006.

A Petrobras e a política energética

Fernando Henrique Cardoso

Faz poucos dias o governo Lula comemorou com ares de monopolista de êxitos a auto-suficiência na produção de petróleo. Tirando a arrogância dos personagens que lambuzaram as mãos, fez bem o governo em celebrar um êxito que é fruto de esforços de gerações e de diversos governos, como mostrou Jarbas Passarinho em artigo publicado na última terça feira nesta mesma coluna. E não nos esqueçamos dos técnicos e trabalhadores da Petrobras, que foram fundamentais para as vitórias alcançadas.

A história é caprichosa e chega a ser irônica. Dada a posição de minha família nas lutas pelo monopólio do petróleo (meu pai e um tio eram considerados "generais do petróleo"), não seria de estranhar que eu tenha sido tesoureiro do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo de São Paulo, pivô local da campanha "O petróleo é nosso". Essa foi uma das "acusações" que me fizeram no inquérito a que respondi em 1964, que me custou ordem de prisão, anulada pelo Superior Tribunal Militar em 1967. É fácil entender, portanto, que eu sentisse, na época, horror ao "relatório Link". Pois bem, basta ler o artigo do geólogo José Coutinho Barbosa[1], ex-diretor da Petrobras, para ver que o senhor Link escreveu coisas sensatas e não merecia tanta reprovação. Escreveu, por exemplo, que havia probabilidade de se encontrar óleo nas águas de Sergipe e que o Brasil, em terra, era pobre do precioso líquido. Mas, sobretudo, ele formou toda uma geração de geólogos brasileiros que asseguraram os êxitos futuros. Certa humildade e menor precipitação no julgamento dos outros são, portanto aconselháveis.

José Coutinho chama a atenção para um segundo momento fundamental da história da Petrobras, o do desenvolvimento dos campos de petróleo na bacia de Campos e, logo depois, no governo Geisel, na de Santos, com contratos de risco que deram magros

1 José Coutinho Barbosa, A história do Petróleo no Brasil, in José Luiz Alqueres, ed., *Infra-estrutura de Energia e Transporte,* Alston, São Paulo, 2005, p. 87-91.

resultados em petróleo mas ricas informações geológicas entregues à Petrobras. Para a condução dessa etapa a ação do geólogo Carlos Walter Marinho Campos foi decisiva.

A terceira etapa para transformar a Petrobras em grande empresa internacional, diz Coutinho, foi conduzida por Henri Philippe Reischtul. Nesta administração, no dizer do comentarista, “produziu-se um novo e revolucionário Planejamento Estratégico (...) os novos planos provocaram uma profunda reestruturação nos sistemas de governança corporativa e gestão empresarial”, alinhando as diversas áreas de negócios, introduzindo modernos sistemas de avaliação, valorizando a transparência no relacionamento com seus públicos de interesse e, acrescento eu, permitindo a recuperação de uma política ecológica responsável. “Um legado extraordinário que irá marcar a companhia por muitos anos” escreveu Coutinho. É de destacar que o Conselho de Administração da Petrobras, até então, se compunha pelos próprios diretores executivos da empresa! Que confiança teria o acionista, inclusive o governo, neste tipo de controle? Não é de estranhar que depois das modificações introduzidas por Reischtul, o valor de mercado da empresa tivesse saltado dos 9 bilhões de dólares para quase 30, isso em época de petróleo a preços baixos.

A auto-suficiência do petróleo foi sendo construída, adaptando-se as políticas de governo e da empresa às condições do tempo. A flexibilização do monopólio, sua reafirmação nas mãos do Estado e não da Petrobras, o incentivo à competição, a definição de regras de transparência na gestão, a definição de uma estratégia diversificada e harmoniosa dos negócios, ao invés da opacidade, da contínua interferência político-partidária, nada tem a ver com a privatização da companhia (mesmo porque sempre fui contra essa alternativa, como afirmei em carta enviada ao Senado em 1997). O atual presidente da empresa, quando insinuou que na modernização implementada havia tal propósito, pecou por desconhecimento, na hipótese benigna e não menos preocupante, ou por distorção dos fatos com mera intenção eleitoreira. Eu, quando detestei o relatório Link, asseguro, pequei por ignorância e por paixão política.

A verdade é que a aspiração à auto-suficiência é antiga, foi-se tornando possível com as descobertas das reservas gigantes de Marlim e de Albacora, às quais se sucederam as de Roncador, Marlim Sul e tantas outras mais, em tal velocidade que, hoje, a Petrobras é uma das poucas companhias que aumenta mais depressa suas reservas do que a

produção. Mas a auto-suficiência não teria sido possível se os engenheiros não tivessem sido capazes de desenvolver tecnologias para trabalhar em águas profundas e se não tivéssemos rompido a estagnação relativa de extração de óleo entre 1985 e 1994. Enquanto naqueles dez anos a produção passou de 564 mil barris por dia para apenas 693 mil, ela quase triplicou entre 1994 e 2002 atingindo 1,5 milhão de barris, para um consumo de pouco mais de 1,7 milhão de barris. Não nos esqueçamos que as plataformas gigantes em operação no mar, inclusive a última instalada agora com rojões, a P-50, foram contratadas em governos anteriores. O atual perdeu tempo querendo construir grandes plataformas nos estaleiros locais, que ainda não têm capacidade para tanto, e finalmente também as contratou no exterior.

Ao invés de dormir sobre os louros alcançados, o que se requer agora é uma nova política energética. Uma política que poupe as reservas de petróleo (pois em futuro não remoto ele escasseará no mundo), que decida o que fazer com o gás e defina o papel da hidroeletricidade e da biomassa em nossa matriz energética. Depois do surto expropriador boliviano, intensificaremos a exploração do gás da bacia de Santos, ou nos arriscaremos a fazer o supergasoduto venezuelano? Defenderemos nossos interesses com mais firmeza ou continuaremos a dar justificativas – óbvias - para desculpar a ação expropriadora do governo boliviano? E, sobretudo, seremos capazes de construir uma matriz energética que, complementarmente à hidroeletricidade, dê preeminência à energia derivada da cana de açúcar e das oleaginosas?

São essas as questões que importam, e não a competição infantil entre quem fez mais ou menos na exploração do petróleo. Mesmo porque depois que se descobre que é possível fazer voar o mais pesado do que o ar (e essa é a diferença que conta), aumentar a velocidade do vôo é importante, mas é mais fácil. É quase uma obrigação. O desafio agora não é o de fazer mais do mesmo, mas inovar em matéria de energia.